

O "Times", a dívida e a ecologia

FERNANDO HOMEM DE MELO

E impressionante e, até mesmo, assustador, o cerco internacional que o Brasil está experimentando em relação a questão ecológica, principalmente ligada à ocupação da Amazônia. Exemplos desse cerco são as crescentes dificuldades com os financiamentos do Banco Mundial (as condicionalidades elétricas), a recente visita de parlamentares norte-americanos à região, as repercussões do assassinato de Chico Mendes no exterior, as declarações de grupos ecológicos no Brasil e no exterior e as pressões do presidente Bush ao Japão (Rodovia Acre-Peru) e do secretário Baker, na reunião em Tóquio com o presidente Sarney.

Adicionalmente, o mais influente jornal norte-americano, o "The New York Times", publicou em 3 de fevereiro passado, e o "O Estado de S. Paulo" transcreveu-os em 04 de fevereiro, um pesado editorial contra o Brasil, com o título de "Dívida pode Salvar Amazônia". Depois da acusação de sermos um País negligente em relação à destruição da Amazônia, o "Times" nos apresenta uma "brilhante" solução, que é, nada mais nada menos, a de utilizarmos os projetos de conversão da dívida externa para a proteção da natureza.

A postura superior e de muito pouca compreensão dos problemas dos países endividados, o que inclui o Brasil, precisa ser transmitida ao leitor desta nota. O início do editorial é o seguinte: "O Brasil deve ao mundo US\$ 115 bilhões. O mundo quer que o Brasil pare de destruir negligentemente a floresta amazônica, uma extraordinária maravilha natural. Essas duas condições convidam a um negócio, a uma grandiosa conversão de dívida por proteção à natureza, que aliviaria a

carga da dívida externa e preservaria a floresta amazônica. O que está bloqueando uma solução tão atraente? O presidente do Brasil, José Sarney, é um dos motivos".

Não há, no editorial em tela, nenhuma palavra de como surgiu e cresceu essa dívida, até alcançar US\$ 115 bilhões. Não há, principalmente, qualquer menção ao papel da política econômica norte-americana, em especial a monetária, a partir de 1979, como causadora dessa dívida, ao elevar a taxa de juros "prime" ao nível de 21,5% em dezembro de 1980. Não há, também, maior sensibilidade do jornal norte-americano, ao que tem sido o ônus dessa dívida, isto é, ao custo de seu pagamento, na medida em que o Brasil tem transferido, nos últimos anos, entre 3 e 5% de seu produto aos países desenvolvidos.

Isto é, estamos transferindo recursos reais ao exterior que, alternativamente, aqui poderiam ser utilizados a favor do bem-estar dos brasileiros. Na medida em que parte da dívida foi causada pela política monetária norte-americana de 1979 em diante, parte desse custo é um imposto internacional introduzido pelo governo norte-americano e onerando os países menos desenvolvidos.

Qual é o negócio proposto pelo "Times", ou que foi chamado de "grandiosa conversão de dívida por proteção à natureza"? É ele, realmente, como negócio, benéfico ao Brasil? Novamente, é preciso transcrever: "Suponhamos que doadores no Ocidente pudessem levantar US\$ 4 bilhões para salvar a floresta amazônica. Eles então comprariam a dívida brasileira com desconto, num valor de face de, digamos, US\$ 8 bilhões. Essa dívida, denominada em dólares, é trocada no

Brasil por títulos no valor de US\$ 8 bilhões em moeda local. Os títulos, então, são doados para fundar um Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, encarregado de proteger a floresta tropical". Em seguida, é dito que, "para o Brasil, o plano aliviaria o peso da dívida externa e ajudaria a salvar sua própria herança natural".

É isso grandioso e bom para o Brasil? Haveria, como resultado, um abatimento de apenas 7% no estoque da dívida e no fluxo de pagamento de juros ao exterior (o custo ou o serviço da dívida). Isso é muito pouco face ao que estamos transferindo ao exterior e ao que está por vir com as recentes elevações dos juros internacionais. Adicionalmente, do modo com a proposta é apresentada, a redução de 7% no estoque da dívida e no fluxo de juros é exatamente compensada por um aumento correspondente no endividamento interno (NCZ\$ 8 bilhões), do governo brasileiro, e por uma aplicação correspondente de recursos reais (trabalho, capital e terra), em projetos ecológicos que, por sua vez, têm que ser financiados. Ou seja, os recursos reais até agora aplicados na geração de exportações líquidas (e usados, financeiramente, para pagar parte dos juros), passariam a ser direcionados em investimentos de proteção à natureza (que, por sua vez, precisariam ser financiados internamente), cujos benefícios seriam, em larga parte, apropriados pelos países desenvolvidos.

Portanto, os países desenvolvidos mudariam apenas a composição do que recebem pela dívida, mantendo o seu total inalterado. Hoje eles recebem 100% em moeda (ou bens privados que incorporam recursos reais); com o "grandioso" negócios do "Times", eles

receberiam 93% em moeda (ou bens privados) e 7% em proteção à natureza (um bem público-universal, via recursos reais alocados, pelo Brasil, à sua produção). Ou seja, não há maior alívio à carga que o Brasil carregada para cumprir seus compromissos externos, em parte causados pelos Estados Unidos. Caso a referida conversão elimine a entrada de dólares que financiariam projetos ecológicos, haveria uma perda ao País. O Brasil poderá, adicionalmente, perder em função das restrições que, certamente, seriam introduzidas à ocupação agropecuária da Amazônia; basta ver a celeuma sobre a rodovia ligando o Acre ao Peru. Provavelmente, os grupos ecológicos pressionariam por várias outras restrições à ocupação dessa parte de nosso território.

Aparentemente, as entidades ligadas à proteção do meio-ambiente e, por tabela, "The New York Times", "descobriram" os projetos de conversão da dívida como solução ao problema ecológico nos países menos desenvolvidos, e estão carregando suas baterias contra o Brasil. Entretanto, é preciso deixar claro que, do modo como foi colocado pelo "Times", essa é uma não solução. É preciso que, dessa discussão, pelo menos resulte uma melhor compreensão do verdadeiro problema da dívida externa e, com isso, resulte uma ação verdadeiramente cooperativa entre todos os países desenvolvidos e os endividados, visando o efetivo alívio da dívida e a retomada do crescimento econômico. Só assim é que o meio ambiente poderá ser ado.

FERNANDO HOMEM DE MELO, 46, é professor-titular de Microeconomia da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP e pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).